

SUMÁRIO

Editais sistematizados (para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo)	35
--	----

Capítulo I

FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	39
1. Fontes e integração	39
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	41
2.1. Eficácia no tempo.....	41
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	43
2.1.1.1. Honorários Periciais	45
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	46
2.1.1.3. Recursos	46
2.2. Eficácia no espaço.....	47
3. Princípios	48
3.1. Introdução	48
3.2. Princípios constitucionais do processo	48
3.2.1. Devido processo legal	48
3.2.2. Princípio do juiz natural	49
3.2.3. Princípio da igualdade processual.....	50
3.2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	51
3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	51
3.2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	53
3.2.7. Princípio da publicidade.....	54
3.2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados.....	55
3.2.8. Princípio da duração razoável do processo	56
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	57
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	57
3.3.2. Princípio da cooperação.....	59
3.3.3. Princípio da boa-fé	59
3.4. Outros princípios processuais.....	61
3.4.1. Princípio dispositivo	61
3.4.2. Princípio inquisitivo	61
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	62
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	62
3.4.5. Princípio da preclusão.....	62
3.5. Princípios do processo do trabalho	63
3.5.1. Princípio da proteção	63
3.5.2. Princípio da conciliação	64
3.5.3. Princípio do jus postulandi.....	65
3.5.4. Princípio da oralidade	65
3.5.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	66
3.5.6. Princípio da extrapetição	67

3.5.7. Princípio da simplicidade	67
4. Questões dissertativas	68

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	71
1. Introdução	71
2. Tribunal Superior do Trabalho	72
2.1. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	74
3. Tribunais Regionais do Trabalho	76
4. Juízes do trabalho	79
5. Ingresso na carreira	79
6. Garantias dos juízes	80
7. Vedações dos juízes	81
8. Deveres e poderes dos juízes	81
9. Juízo 100% Digital	82
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	84
10.1. Secretarias das varas do trabalho	84
10.2. Secretarias dos tribunais	86
10.3. Serviços de distribuição de feitos	86
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	88
11. Questões dissertativas	89

Questões

CAPÍTULOS I E II.....	93
1. Questões com gabarito comentado	93

Capítulo III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	99
1. Ministério público: Conceito.....	99
2. Organização	99
3. Ministério Público do Trabalho	100
4. Princípios institucionais	102
4.1. Unidade	102
4.2. Indivisibilidade	103
4.3. Independência funcional	103
4.4. Promotor natural	103
5. Atribuições do ministério público do trabalho.....	103
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público	105
7. Questões Dissertativas	107

Capítulo IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	109
1. Formas de solução de conflitos	109
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição).....	110
2.1. Mediação e conciliação.....	110
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	112

2.2.1.	Introdução	112
2.2.2.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	112
2.2.3.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia	113
2.2.4.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP	114
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	115
3.	Arbitragem	116
4.	Jurisdição	117
4.1.	Jurisdição voluntária	117
4.2.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho	117
4.3.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	118
4.3.1.	Petição conjunta	118
4.3.2.	Representação por advogado	118
4.3.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial	119
4.3.4.	Realização de audiência	119
4.3.5.	Sentença	119
4.3.6.	Requisitos do acordo extrajudicial	120
4.3.6.1.	Transação	120
4.3.6.2.	Observância de prazo para pagamento das verbas rescisórias	121
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)	121
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	122
5.	Questões dissertativas e estudos de caso	123

Capítulo V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	127
1. Competência	127
1.1. Introdução	127
1.2. Classificação	128
1.2.1. Competência originária e derivada	128
1.2.1.1. Ação acessória	129
1.2.2. Competência exclusiva e competência concorrente	129
1.2.3. Competência absoluta e relativa	129
1.2.3.1. Competência absoluta	129
1.2.3.2. Competência relativa	130
1.2.3.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	131
2. Critérios de modificação da competência	132
2.1. Conexão e continência	132
3. Competência em razão da matéria e da pessoa	134
3.1. Ações oriundas da relação de trabalho	136
3.1.1. Relações de consumo	137
3.1.2. Honorários advocatícios	137
3.1.3. Ações Penais	138
3.1.4. Representantes Comerciais	139
3.1.5. Motoristas de aplicativo	139

3.1.6.	Transportadores autônomos	140
3.2.	Entes de direito público externo	141
3.2.1.	Estados estrangeiros	142
3.2.2.	Organismos ou organizações internacionais	142
3.2.3.	Esquema	143
3.3.	Servidores da administração pública	144
3.3.1.	Relação empregatícia	144
3.3.2.	Vínculo estatutário	146
3.3.3.	Vínculo temporário	146
3.3.4.	Cessão de servidor	147
3.3.5.	Cargo em comissão	148
3.3.6.	Alteração do regime de contratação	148
3.4.	Competência trabalhista perante a greve	149
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	151
3.5.	Ações envolvendo sindicatos	151
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	153
3.6.1.	Mandado de segurança	153
3.6.2.	<i>Habeas corpus</i>	154
3.6.3.	<i>Habeas data</i>	155
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	156
3.7.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós contratual	157
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	158
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir ...	159
3.9.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia	161
3.9.2.	Contribuições de terceiros	161
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	161
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	162
3.12.	Competência normativa	163
4.	Competência funcional	163
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	164
5.1.	Local da prestação dos serviços	165
5.1.1.	Prestação de serviços em diversas localidades	165
5.2.	Agente ou viajante comercial	166
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	166
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	167
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	168
5.6.	Foros distritais ou regionais	170
5.7.	Foro de eleição	170
6.	Conflitos de competência	171
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	173
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	176

Questões

CAPÍTULOS III A V.....	179
1. Questões com gabarito comentado	179
2. Questões de concursos	189
3. Gabarito	190

Capítulo VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	191
1. Conceito	191
2. Capacidade de ser parte	191
3. Capacidade processual	192
3.1. Representação	192
3.1.1. Incapazes	193
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas.....	194
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações.....	195
3.1.3. Representação em audiência	196
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	198
5. Representação por advogado	201
5.1. Substabelecimento	202
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	203
5.3. Mandato tácito	204
5.4. Estagiário.....	205
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	205
5.6. Regularização da representação.....	208
6. Honorários advocatícios.....	210
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	210
7. Benefício da justiça gratuita.....	212
7.1. Conceito.....	212
7.2. Benefício da justiça gratuita x assistência judiciária gratuita	213
7.3. Características do benefício da justiça gratuita	213
7.4. Sujeitos beneficiários.....	217
7.5. Abrangência da gratuidade	218
7.6. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	219
8. Litisconsórcio	219
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	223
9. Substituição processual.....	224
10. Sucessão processual	225
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo.....	227
12. Litigância de má-fé	228
12.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	229
13. Chamamento à autoria no fato do príncipe	230
13.1. Procedimento	231
13.2. Coronavírus e fato do príncipe	232
14. Assédio processual.....	232
15. Questões dissertativas e estudos de caso	234
16. Teses vinculantes do TST	236
17. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	237

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	243
1. Introdução	243
2. Comunicação dos atos processuais	244
2.1. Formas de citação	245
2.2. Formas de intimação	249
3. Prazos processuais	251
3.1. Princípios dos prazos processuais	253
3.2. Contagem dos prazos processuais	253
3.2.1. Contagem em dias úteis	255
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	256
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	256
3.2.4. Interrupção e suspensão	258
3.2.4.1. Recesso forense e o CPC/2015	259
3.3. Prazos diferenciados	260
3.4. Principais prazos processuais	261
4. Despesas processuais	263
4.1. Custas processuais	263
4.1.1. Valor das custas processuais	263
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	265
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	266
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	266
4.2. Valor dos emolumentos	267
4.3. Honorários periciais	268
5. Negócio jurídico processual	270
6. Questões dissertativas e estudos de caso	273
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	274

Questões

CAPÍTULOS VI E VII	279
1. Questões com gabarito comentado	279
2. Questões de concursos	289
3. Gabarito	292

Capítulo VIII

NULIDADES PROCESSUAIS	293
1. Vícios processuais: classificação	293
2. Princípios das nulidades processuais	294
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	294
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	294
2.3. Princípio da economia processual	296
2.4. Princípio do interesse	296
2.5. Princípio da utilidade	297
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	297
3. Arguição e efeitos da declaração de nulidade	297
4. Quadro resumido	298
5. Questões dissertativas e estudos de caso	298

Capítulo IX

PETIÇÃO INICIAL.....	301
1. Formas de reclamação.....	301
2. Requisitos da petição inicial.....	302
2.1. Valor da causa.....	303
2.2. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	303
2.3. Pedido.....	304
2.3.1. Requisitos do pedido.....	305
2.3.2. Cumulação de pedidos.....	306
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	308
4. Indeferimento da petição inicial.....	309
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	311
5. Improcedência liminar do pedido.....	312
6. Desistência da reclamação.....	313
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia.....	314
7. Questões dissertativas e estudos de caso.....	315

Questões

CAPÍTULOS VIII E IX.....	317
1. Questões com gabarito comentado.....	317

Capítulo X

AUDIÊNCIAS.....	321
1. Generalidades.....	321
2. Atraso na audiência.....	324
3. Fracionamento da audiência.....	325
4. Comparecimento das partes.....	325
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto.....	326
4.1.1. Preposto e advogado.....	327
4.2. Ausência do reclamante.....	328
4.3. Ausência do reclamado.....	329
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público.....	331
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	331
4.4. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas res- cisórias incontroversas.....	333
5. Suspensão da audiência.....	334
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência.....	334
6.1. Distinção.....	334
6.2. Audiência por videoconferência.....	336
6.3. Audiência telepresencial.....	339
6.4. Regras comuns.....	340
6.5. Sustentação oral.....	341
7. Acordo judicial.....	341
8. Questões dissertativas e estudos de caso.....	345
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	346

Capítulo XI

RESPOSTA DO RÉU	347
1. Introdução	347
2. Contestação	349
2.1. Defesas processuais.....	349
2.1.1. Incompetência relativa	350
2.1.2. Perempção	350
2.1.3. Legitimidade.....	351
2.2. Defesas de mérito.....	352
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	354
2.3. Princípios.....	355
2.3.1. Princípio da impugnação específica	355
2.3.2. Princípio da eventualidade	356
2.4. Revelia.....	356
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	357
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	358
3. Exceções	360
3.1. Exceção de impedimento e suspeição	361
3.1.1. Momento de alegação	364
3.1.2. Procedimento.....	364
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	366
3.2.1. Prazo para apresentação	367
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente	368
3.2.3. Suspensão do processo.....	368
3.2.4. Contraditório.....	369
3.2.5. Produção de prova oral	369
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência	369
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	370
3.2.8. Fluxograma	371
4. Reconvenção.....	372
5. Questões dissertativas e estudos de caso	373
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	374

Questões

CAPÍTULOS X E XI.....	377
1. Questões com gabarito comentado	377
2. Questões de concurso	383
3. Gabarito	385

Capítulo XII

PROVAS.....	387
1. Introdução	387
2. Princípios da prova	388
2.1. Contraditório e ampla defesa	388
2.2. Necessidade	390
2.3. Oralidade.....	390
2.4. Imediação.....	391
2.5. Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	391

3. Classificação	392
4. Ônus da prova	393
4.1. Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)..	394
4.1.1. Teoria estática do ônus da prova	394
4.1.2. Teoria dinâmica do ônus da prova	395
4.1.2.1. Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova	396
4.1.2.2. Fundamentação da decisão	396
4.1.2.3. Prova impossível ou excessivamente difícil	397
4.1.3. Distribuição convencional do ônus da prova.....	397
4.2. Casos específicos na jurisprudência do TST	398
4.2.1. Equiparação salarial	398
4.2.2. Recebimento da notificação	399
4.2.3. Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	399
4.2.4. Horas extraordinárias.....	400
4.2.4.1. Empregado doméstico e motorista profissional	402
4.2.4.2. Cartões de ponto sem assinatura	403
4.2.4.3. Trabalho externo	403
4.2.5. Dispensa discriminatória de portador de doença grave	404
4.2.6. Vale-transporte	404
4.2.7. Diferenças no recolhimento do FGTS.....	405
4.2.8. Terceirização na Administração pública	406
5. Prova emprestada.....	407
6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova	409
7. Meios de prova	410
7.1. Interrogatório e depoimento pessoal.....	410
7.1.1. Confissão.....	413
7.2. Prova testemunhal	415
7.2.1. Generalidades.....	415
7.2.2. Quem pode testemunhar?	416
7.2.3. Número máximo de testemunhas	418
7.2.4. Comparecimento das testemunhas em audiência.....	419
7.2.5. Procedimento.....	420
7.2.6. Multa aplicada à testemunha	422
7.3. Prova documental	423
7.3.1. Falsidade de documento	425
7.4. Prova pericial	426
7.5. Inspeção judicial	430
8. Provas e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	431
9. Encerramento da instrução.....	432
10. Questões dissertativas e estudos de caso	432
11. Teses vinculantes do TST	435
12. Teses vinculantes DO STF	436
13. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	436

Capítulo XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA.....	439
1. Pronunciamentos judiciais.....	439

1.1. Sentença	439
1.2. Decisão Interlocutória	440
1.3. Despacho	441
1.4. Acórdão	441
2. Requisitos da sentença	441
2.1. Fundamentação	443
3. Classificação	448
4. Princípio da congruência	449
5. Publicação e intimação	452
6. Juízo de retratação	453
7. Julgamento antecipado	453
7.1. Julgamento antecipado total	453
7.2. Julgamento parcial do mérito	453
8. Efeitos anexos da sentença	455
8.1. Hipoteca Judiciária	455
9. Coisa Julgada	457
10. Questões dissertativas e estudos de caso	458

Capítulo XIV

TUTELA PROVISÓRIA	461
1. Tutela provisória	461
1.1. Distinção: tutela de urgência e tutela de evidência	462
2. Tutelas de urgência	464
2.1. Requisitos para concessão	466
2.2. Formas de requerimento	468
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	468
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	469
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	470
3. Tutela de evidência	470
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	471
4. Momento de concessão e meios de impugnação	471
5. Questões dissertativas	473

Capítulo XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO	475
1. Procedimento sumaríssimo	475
1.1. Incidência	475
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação	476
1.3. Audiência	476
1.4. Sentença	477
1.5. Recursos	478
1.5.1. Recurso ordinário	478
1.5.2. Recurso de revista	478
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	479
2. Procedimento sumário	479
3. Procedimento ordinário	480

4. Questões dissertativas e estudos de caso	481
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	482

Questões

CAPÍTULOS XII A XV.....	483
1. Questões com gabarito comentado	483
2. Questões de concursos	489
3. Gabarito	490

Capítulo XVI

RECURSOS TRABALHISTAS	491
1. Teoria geral dos recursos.....	491
1.1. Meios de impugnação.....	491
1.2. Conceito de recurso.....	491
1.3. Classificação	493
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	493
1.3.2. Quanto à fundamentação	493
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	494
1.3.4. Quanto à independência	494
1.3.5. Resumo das classificações.....	497
1.4. Princípios recursais.....	498
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	498
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	498
1.4.3. Princípio da unirecorribilidade (singularidade).....	498
1.4.4. Princípio da consumação.....	499
1.4.5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade).....	499
1.4.6. Princípio da dialeticidade.....	501
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	503
1.4.8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	503
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	503
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito	505
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	506
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	509
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	510
1.5.1.2. Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência.....	511
1.5.2. Poderes do relator	512
1.6. Pressupostos recursais	514
1.6.1. Introdução.....	514
1.6.2. Cabimento	515
1.6.3. Legitimidade para recorrer	516
1.6.4. Interesse em recorrer	517
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer...	517
1.6.5.1. Aceitação da decisão	517
1.6.5.2. Renúncia	517
1.6.5.3. Desistência	518

1.6.6.	Tempestividade	519
1.6.6.1.	Intempestividade	520
1.6.7.	Representação	521
1.6.8.	Preparo	525
1.6.8.1.	Custas processuais.....	526
1.6.8.2.	Depósito recursal	530
1.6.8.2.1.	Generalidades	530
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	531
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	531
1.6.8.2.4.	Correção monetária	532
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial	532
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	534
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	537
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	538
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	539
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	540
1.6.9.	Regularidade formal	540
1.7.	Juntada de documentos.....	541
1.8.	Efeitos recursais.....	542
1.8.1.	Efeito obstativo	542
1.8.2.	Efeito devolutivo	542
1.8.3.	Efeito suspensivo	545
1.8.4.	Efeito translativo.....	546
1.8.5.	Efeito regressivo	546
1.8.6.	Efeito expansivo.....	546
1.8.7.	Efeito substitutivo	547
1.9.	Remessa necessária.....	548
2.	Recursos em espécie.....	550
2.1.	Embargos de declaração	550
2.1.1.	Introdução.....	550
2.1.2.	Competência	551
2.1.3.	Prazo para interposição	551
2.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	551
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis.....	553
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	554
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	555
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios.....	557
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	557
2.2.	Recurso ordinário	558
2.2.1.	Introdução.....	558
2.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	559
2.2.3.	Juízo de retratação	560
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal.....	560
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	562
2.3.	Agravo de petição.....	562

2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	565
2.4.	Recurso de revista	566
2.4.1.	Introdução.....	566
2.4.2.	Prazo	567
2.4.3.	Competência para julgamento	567
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	567
2.4.4.1.	Prequestionamento	568
2.4.4.2.	Transcendência.....	570
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	572
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial	572
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista.....	576
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	579
2.4.6.	Rito sumaríssimo.....	580
2.4.7.	Fase de execução	580
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	581
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas.....	581
2.4.9.1.	Introdução	581
2.4.9.2.	Requisitos	582
2.4.9.3.	Processamento	582
2.4.9.3.1.	Competência.....	582
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	583
2.4.9.3.3.	Suspensão de outros recursos	583
2.4.9.3.4.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho.....	584
2.4.9.3.5.	Julgamento.....	586
2.4.9.3.6.	Efeito do julgamento para os processos futuros....	588
2.4.9.3.7.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	588
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos.....	589
2.5.	Embargos no TST	589
2.5.1.	Introdução.....	589
2.5.2.	Embargos infringentes	590
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	591
2.5.3.1.	Introdução	591
2.5.3.2.	Prazo	591
2.5.3.3.	Competência para julgamento.....	591
2.5.3.4.	Prequestionamento.....	592
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento	592
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	593
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	594
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva	595
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	595
2.6.	Agravo de instrumento	595
2.6.1.	Cabimento	595

2.6.2.	Prazo	598
2.6.3.	Competência	599
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	599
2.6.4.1.	Formação do instrumento.....	600
2.6.5.	Juízo de retratação	601
2.7.	Agravo interno e regimental.....	601
2.7.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista	603
2.7.2.	Multa no agravo interno	604
2.8.	Recurso extraordinário	606
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo.....	608
3.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	610
3.1.	Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	610
3.2.	Natureza jurídica	612
3.3.	Cabimento e requisitos.....	612
3.4.	Competência	613
3.5.	Legitimidade.....	613
3.5.1.	Desistência ou abandono	614
3.6.	Procedimento	614
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	617
4.	Incidente de assunção de competência	618
4.1.	Introdução	618
4.2.	Cabimento	619
4.3.	Competência	619
4.4.	Legitimidade.....	620
4.5.	Objetivos.....	620
4.6.	Requisitos	620
4.7.	Procedimento	621
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	622
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	622
4.10.	Assunção de competência no TST	623
5.	Reclamação.....	625
5.1.	Introdução	625
5.2.	Natureza jurídica	626
5.3.	Cabimento	626
5.4.	Legitimidade.....	627
5.5.	Procedimento	627
5.6.	Recursos da decisão da reclamação	628
6.	Reclamação correicional	628
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	630
8.	Teses vinculantes do TST	633
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	633

Questões

CAPÍTULO XVI	651
1. Questões com gabarito comentado	651

2. Questões de concurso	659
3. Gabarito	659

Capítulo XVII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	661
1. Introdução	661
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	662
3. Modalidades de liquidação	662
3.1. Liquidação por cálculos	663
3.1.1. Procedimento.....	663
3.2. Liquidação por arbitramento.....	664
3.3. Liquidação por artigos.....	665
4. Juros e correção monetária	666
4.1. Modulação de efeitos	668
4.2. Juros e correção monetária depois da Lei nº 14.905/2024.....	669
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública.....	671
5. Impugnação da decisão de liquidação.....	672
6. Questões dissertativas e estudos de caso	674
7. Teses vinculantes do TST	674
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	675

Capítulo XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	677
1. Introdução	677
2. Título executivo.....	678
2.1. Títulos judiciais.....	678
2.2. Títulos extrajudiciais	678
3. Execução provisória e definitiva.....	679
4. Competência.....	682
5. Legitimidade	682
5.1. Legitimidade ativa.....	682
5.2. Legitimidade passiva	683
6. Responsabilidade patrimonial	683
6.1. Responsabilidade do sucessor.....	686
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização.....	686
6.3. Responsabilidade do sócio.....	689
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	689
6.3.2. Responsabilidade do sócio retirante (ex-sócio).....	692
6.3.3. Responsabilidade da empresa integrante do Grupo Econômico	693
7. Fraude contra credores e fraude à execução.....	694
7.1. Fraude contra credores	695
7.2. Fraude à execução.....	695
7.2.1. Bens sujeitos a registro	698
7.3. Principais diferenças.....	699
8. Execução por quantia certa	699
8.1. Introdução.....	699

8.2.	Citação.....	699
8.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória.....	700
8.3.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	702
8.3.2.	Protesto.....	703
8.3.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD)	704
8.4.	Nomeação de bens	705
8.5.	Penhora	706
8.5.1.	Depositário.....	708
8.5.2.	Penhora em dinheiro.....	710
8.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	710
8.5.2.2.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária	712
8.5.3.	Penhora de semoventes e de animais de estimação	713
8.5.4.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.....	714
8.5.5.	Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia.....	715
8.5.6.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	716
8.5.7.	Bens impenhoráveis	717
8.5.8.	Impenhorabilidade da remuneração do executado.....	718
8.5.8.1.	Impenhorabilidade do bem de família	721
8.6.	Defesa na execução	723
8.6.1.	Embargos à execução	723
8.6.1.1.	Natureza jurídica	723
8.6.1.2.	Prazo	723
8.6.1.3.	Competência.....	725
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	725
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	727
8.6.1.6.	Procedimento	727
8.6.2.	Exceção de pré-executividade.....	728
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	729
8.6.4.	Embargos de terceiros.....	729
8.6.4.1.	Generalidades	729
8.6.4.2.	Prazo	730
8.6.4.3.	Competência.....	731
8.7.	Prescrição intercorrente	732
8.8.	Expropriação de bens.....	733
8.8.1.	Adjudicação.....	733
8.8.2.	Arrematação	734
8.8.2.1.	Introdução	734
8.8.2.2.	Legitimidade	735
8.8.2.3.	Publicidade	736
8.8.2.4.	Lance	736
8.8.2.5.	Pagamento.....	737
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	738
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado.....	738

8.8.2.6.2. Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado	740
8.8.2.7. Pagamento a maior ao exequente	741
8.8.3. Meios de impugnação da expropriação	742
8.9. Esquema da execução contra devedor solvente	743
8.10. Remição da execução	743
8.11. Execução de prestações sucessivas	745
9. Execução de obrigação de fazer e de não fazer	745
9.1. Título judicial	745
9.2. Título extrajudicial	747
10. Execução de contribuições previdenciárias	748
11. Execução contra a massa falida	753
12. Execução contra a fazenda pública	754
12.1. Introdução	754
12.2. Precatório	756
12.2.1. Ordem preferencial	758
12.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento	759
12.3. Requisição de pequeno valor	760
13. Questões dissertativas e estudos de caso	762
14. Teses vinculantes do TST	764
15. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	765

Questões

CAPÍTULOS XVII E XVIII	769
1. Questões com gabarito comentado	769
2. Questões de concursos	774
3. Gabarito	775

Capítulo XIX

DISSÍDIO COLETIVO	777
1. Conceito	777
2. Classificação	778
3. Poder normativo	779
3.1. Limites	779
3.1.1. Limite mínimo	779
3.1.2. Limite máximo	780
4. Competência	781
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	781
5. Legitimidade	782
6. Pressupostos processuais específicos	783
6.1. Negociação prévia	783
6.2. Autorização em assembleia	784
6.3. Comum acordo	784
6.4. Época própria para ajuizamento	785
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	786
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	786
7. Procedimento	786

8. Sentença normativa.....	787
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	787
8.2. Início da vigência	788
8.3. Prazo de vigência.....	788
8.4. Extensão	788
9. Coisa julgada	790
10. Recursos	790
10.1. Efeito suspensivo	790
11. Dissídio revisional	791
12. Dissídio coletivo na administração pública	791
13. Ação de cumprimento	792
13.1. Natureza jurídica.....	792
13.2. Cabimento	793
13.3. Competência	793
13.4. Legitimidade.....	793
13.5. Momento do ajuizamento.....	794
13.6. Prescrição.....	794
13.7. Objeto.....	794
13.8. Coisa julgada.....	794
14. Questões dissertativas e estudos de caso	795
15. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	796

Questões

CAPÍTULO XIX.....	799
1. Questões com gabarito comentado	799

Capítulo XX

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	801
1. Inquérito para apuração de falta grave.....	801
1.1. Cabimento	801
1.2. Prazo para propositura	802
1.3. Procedimento	803
1.4. Efeitos da sentença.....	803
2. Ação civil pública.....	804
2.1. Introdução	804
2.2. Cabimento	804
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	805
2.4. Competência	807
2.5. Legitimidade.....	809
2.6. Litisconsórcio.....	811
2.7. Objeto	811
2.8. Tutelas de urgência.....	813
2.9. Prescrição.....	814
2.10. Litispendência	815
2.11. Instrução.....	816
2.12. Sentença	817
2.13. Coisa julgada	817

2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	818
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	821
2.13.3. Esquema.....	822
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	822
3. Ação rescisória	823
3.1. Introdução	823
3.2. Competência	823
3.3. Legitimidade.....	826
3.4. Pressuposto da ação rescisória	827
3.4.1. Trânsito em julgado	828
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	829
3.5. Prazo para ajuizamento.....	832
3.5.1. Recurso parcial	833
3.5.2. Acordo homologado judicialmente	834
3.6. Hipóteses de cabimento	835
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	837
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	838
3.6.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	838
3.6.4. Ofensa à coisa julgada	840
3.6.5. Violação manifesta de norma jurídica	842
3.6.6. Prova falsa	845
3.6.7. Obtenção de prova nova	845
3.6.8. Erro de fato.....	846
3.7. Juízo rescindendo e juízo rescisório	848
3.8. Valor da causa	848
3.9. Depósito prévio	849
3.10. Procedimento	849
3.11. Honorários advocatícios	850
3.12. Recurso.....	851
3.13. Ação rescisória de ação rescisória.....	851
3.14. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	852
4. Mandado de segurança	864
4.1. Conceito.....	864
4.2. Legitimidade.....	865
4.2.1. Legitimidade ativa	865
4.2.2. Legitimidade passiva	865
4.3. Competência	866
4.4. Modalidades	867
4.5. Cabimento	867
4.6. Ato ilegal ou abuso de poder.....	868
4.7. Direito líquido e certo.....	868
4.8. Prazo para impetração	870
4.9. Petição inicial	871
4.10. Despacho da petição inicial.....	872

4.11. Informações da autoridade coatora	872
4.12. Parecer do Ministério Público.....	872
4.13. <i>Jus postulandi</i>	873
4.14. Honorários advocatícios	873
4.15. Recurso.....	873
4.16. Reexame necessário	874
4.17. Mandado de segurança coletivo	874
4.18. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	875
5. Consignação em pagamento	879
5.1. Cabimento	879
5.2. Objeto	880
5.3. Competência	880
5.4. Legitimidade.....	880
5.5. Procedimento	880
6. Ação monitória	882
6.1. Conceito.....	882
6.2. Aplicação ao processo do trabalho.....	882
6.3. Procedimento	883
7. Questões dissertativas e estudos de caso	885

Questões

CAPÍTULO XX	889
1. Questões com gabarito comentado	889

Capítulo XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	895
1. Introdução	895
2. Sistema de peticionamento eletrônico	897
3. Processo judicial eletrônico	898
3.1. Introdução.....	898
3.2. Assinatura digital.....	899
3.3. Usuários.....	901
3.3.1. Responsabilidade do usuário	903
3.3.2. Uso inadequado do sistema.....	904
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema.....	904
3.5. Recebimento de arquivos.....	906
3.6. Documentos.....	907
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados...	908
3.7. Consulta.....	908
3.7.1. Segredo de justiça e do sigilo	909
3.8. Atos processuais	910
3.8.1. Intimação, citação ou notificação.....	910
3.8.2. Prazos processuais	911
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	912
3.8.2.2. Suspensão	912
3.8.3. Juntada de petições.....	912
3.8.3.1. Petição inicial	913

3.8.3.2. Resposta do réu.....	914
3.8.4. Audiência.....	915
3.8.5. Carta precatória.....	915
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau.....	916
3.9. Administração do sistema	916
3.9.1. Comitê gestor nacional do Pje (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	916
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do Pje (CNEPJe).....	917
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe).....	918
3.9.3. Administrador do sistema	920
3.9.4. Equipe de teste.....	921
4. Questões dissertativas e estudos de caso	922
Questão	
CAPÍTULO XXI.....	923
1. Questão com gabarito comentado.....	923
BIBLIOGRAFIA.....	925